

---N.º 6/2023 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SETE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

--- Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 322,00M2, AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 26/1997, SITA NA PRACETA DA RAPOSEIRA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA, IDENTIFICADA COMO LOTE Nº 19, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2654, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO “VIVER FAMALICÃO” NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K), DO Nº 1, DO ARTIGO 33º, E NA ALÍNEA G), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I À LEI Nº 75/2023, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K), DO Nº 1, DO ARTIGO 33º, E NA ALÍNEA G), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I À LEI Nº 75/2023, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE INCENTIVO E PROMOÇÃO DO CONTROLO DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE DETENTORES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 19 DE DEZEMBRO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO OPJ - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NO ANO LETIVO 2023-2024, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR GLOBAL 205.559,59€ (DUZENTOS E CINCO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE EUROS E CINQUENTA E NOVE CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À

TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A FREGUESIA DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia da Silva Ferreira verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ANA ISABEL MENDANHA CARVALHO -----

---ANA RAQUEL MAIA ARAÚJO -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

---AVELINO FREITAS SILVA-----

---BEATRIZ SILVA ABREU SOUSA-----

---BERNARDINO GOMES MARTINS -----

---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----

---CAMILO DE LÉLLIS SERRANO GARCIA ARAÚJO -----

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----

---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARMEN RODRIGUES ARAÚJO--FALTA-JUSTIFICADA -----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO -----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----
---ELISA MARIA DOMINGUES COSTA -----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
---JOANA GOMES FERNANDES -----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO-----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LAURINDA DA COSTA MACIEL -----

---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA SILVA -----
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO -----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
---MANUEL LIMA SOARES -----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA--FALTA-JUSTIFICADA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
---MARIA ISABEL CUNHA FREITAS SILVA -----
---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA-----
---PAULA CRISTINA MONTEIRO SILVA MARTINS -----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----
---PEDRO MIGUEL DA CRUZ -----
---RICARDO GABRIEL MENDES VALE -----
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----
---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA -----
---RUI MIGUEL ARAÚJO CARVALHO-----
---RUI MIGUEL PEREIRA SANTOS -----
---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – Deu início à sessão.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**PRIMEIRO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação de parcela de terreno, com a área de 322,00m², afeta ao domínio público e afetação ao domínio privado do Município, decorrente da alteração do loteamento com alvará n.º 26/1997, sita na Praceta da Raposeira, da União de Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela, identificada como Lote nº 19, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P2654, provisoriamente, da União de Freguesias de Vale São Cosme, Telhado e Portela. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**RICARDO VALE (PS)** – Eu venho a palco sobre este tópico, não por este caso em concreto, mas para reforçar uma mensagem que o partido Socialista tem passado nesta Assembleia e que é simples. Estas situações de passagem do domínio público para o domínio privado do Município, não devem ser objeto na nossa opinião de avaliações casuísticas, mas antes sim, de uma política mais global, uma política municipal global sobre este tipo de espaços. Porque eles quando por Lei são obrigatoriamente passados para domínio público tem um objetivo, e o objetivo passa muito de forma simples por uma criação de espaços de fruição público, Parques Infantis, Parques de Repouso, o que for, e a verdade, é o que temos assistido é sobretudo a uma passagem para o domínio privado com o intuito de venda e não propriamente a uma política municipal ampla de materializar o espírito da Lei na criação desse tipo de espaços e, portanto, passa muito por aqui e reforçar esta ideia. Uma segunda ideia que gostaríamos também de apontar, e na declaração da União de Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela se torna ainda mais evidente quando é afirmado “mais se informa que o valor da venda do

terreno deveria ser entre à União de Freguesias, em virtude do terreno se encontrar localizado nesta Freguesia”. Nós concordamos com isto ponto número um, mas não podemos deixar de reparar que a utilização do verbo é interessante, “deveria” e não “deve” ou “deverá”, o que coloca sempre aquela questão já levantada aqui também, naturalmente admito que possa ser uma questão de português pura e simplesmente neste caso em concreto, mas estou a utilizá-lo se me permitem e com a devida licença ao Presidente Bernardino Gomes Martins, por utilizar este exemplo, e também reforçar um segundo ponto sobre este tema, que é de facto, a efetiva alocação financeira da venda à respetiva Freguesia.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Este é um debate recorrente, que temos praticamente em todas as sessões da Assembleia Municipal em que esta matéria se discute, e naturalmente o PSD respeita a opinião do partido Socialista, mas como é consabido tem uma posição absolutamente discordante. E porquê, porque o partido Socialista defende que a avaliação destes casos, ou destas cedências, ou destas alterações ao domínio da propriedade pública para o domínio da propriedade privada do município deve ocorrer de uma forma global. Nós achamos que é exatamente o contrário, deve acontecer caso a caso, não porque haja uma política casuística, mas pela simples circunstância de, que uma coisa é apreciar cada um dos casos em particular, debruçarmo-nos sobre cada uma destas parcelas e podemos fazê-lo três ou quatro vezes ao longo da mesma reunião, e outra coisa é aparecer aqui com trinta, quarenta, cinquenta ou cem propostas para o mesmo sentido, que globalmente a discussão se perderia naturalmente na sua totalidade e não em cada caso. Depois uma segunda nota, para dizer que, de facto, nós não estamos nem em todas as parcelas, ao contrário do que o senhor Deputado, Ricardo Vale, disse que estas parcelas eram todas destinadas ao domínio público para um fim específico, nomeadamente, para equipamentos desportivos, ou de lazer, o que não é verdade. Nós temos milhares de parcelas cedidas ao domínio público das mais variadas razões, mas

todas elas dentro daquilo que era a legislação urbanística em vigor em cada momento, muitas delas não tinham fins específicos, não me estou a pronunciar sobre este caso concreto desconheço em absoluto, mas muitas delas não têm. A terceira nota, é como sabemos, muitas destas parcelas, são exatamente aquelas parcelas enfim, colocadas no pior local do loteamento, da operação, muitas vezes de face de difícil acessibilidade, com o terreno bastante acidentado que não tem grande aproveitamento, como digo, não estou a referir-me ao caso concreto. Mas de facto, faz sentido, se as parcelas não têm utilidade podemos dar-lhe uma outra utilidade diferente daquela que elas têm neste momento, que é rigorosamente nenhuma e que ninguém aproveita. A quarta nota tem a ver com a arrecadação da receita e o destino a dar a essa mesma. Senhor Deputado, não é permitido do ponto de vista legal uma consignação de alienação de um terreno, neste caso se essa alienação acontecer, que até pode não ser o caso, pode ser uma cedência, pode ser um comodato e não necessariamente uma alienação, mas vamos colocar a questão do ponto de vista da sua alienação. A alienação desta parcela de terreno a receita não pode ser consignada à transferência da mesma verba de uma forma direta, imediata e automática para a Freguesia, porque esta consignação infelizmente não é permitida por Lei. Agora há e tem havido desde sempre, um compromisso político da parte do senhor Presidente da Câmara de que procurará ao longo do mandato, e não necessariamente no mês seguinte, nem sequer no ano económico em curso, que no caso de haver alienação dessa parcela e haver essa arrecadação de receita a mesma será materializada e aplicada em outras infraestruturas e outros equipamentos naquela mesma freguesia. Quinta nota, para dizer o seguinte, se formos analisar os últimos dois anos sobre aquilo que foram as alienações de parcelas, deste tipo de parcelas que estamos aqui a falar, e a aquisição de terrenos por parte do Município ou por outros fins, verão que as diferenças são abismais. Eu vou-me referir só aos últimos dois anos, porque são aqueles que eu possuo dados, em 2022 o Município adquiriu três terrenos

que totalizaram 5000m² e que custaram ao Município 165 mil euros, nesse ano de 2022 alienamos três parcelas daquelas que estamos aqui a referir, que permitiu uma arrecadação de receita de apenas 18 mil euros, estamos a falar apenas de 238m² para aquisição de 5000m² para outros fins. Em 2023, do ano em curso, ainda não alienamos sequer nenhuma destas parcelas, nenhuma, mas já adquirimos terrenos, seis terrenos que custaram ao Município 449 mil euros, como vê a política do Município não é propriamente andar a vender estas parcelas de terrenos para arrecadar apenas receitas. ---

---**RICARDO VALE (PS)** – Só para esclarecer aqui um ponto que me parece um detalhe relevante. Nós não defendemos uma passagem global dos terrenos, nós defendemos é a existência de uma política global da utilização deste tipo de terrenos. Na prática é olhar para a realidade existente e definir claramente o que fazer em cada um deles, não propriamente uma passagem global no sentido livre da expressão. E naturalmente, também não defendemos uma consignação direta, mas sim, uma afetação efetiva, direta e que seja claro para o Executivo, seja claro para a Junta e seja claro para todos nós que determinado investimento numa Junta resulta da venda de uma destas parcelas, ou seja, que haja uma correlação causa-efeito e que isto também já agora, não seja utilizado como argumento de não investimento em outros equipamentos em outras necessidades da Freguesia. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para acrescentar àquilo que aqui foi dito e para aproveitar também aqui a oportunidade que me permitem fazer referência ao investimento na Freguesia de São Cosme, que só em saneamento em São Cosme no próximo ano estão previstos 357 mil euros.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 322,00M2, AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO**

LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 26/1997, SITA NA PRACETA DA RAPOSEIRA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 19, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2654, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---**SEGUNDO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento “Viver Famalicão” nos termos e para os efeitos previstos na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, e na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro na sua atual redação. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – De uma forma também muito breve, para dizer que se trata de um regulamento essencial para criarmos mais um instrumento de apoio no que respeita ao chamado arrendamento acessível. Como é sabido, já estamos a desenvolver várias diligências no âmbito de primeiro direito, mas nós queremos evoluir para outros instrumentos, este é mais um, mas vamos trazer outros em breve, mas no que concerne ao arrendamento acessível necessitamos deste documento por forma a que possamos evoluir também por via do arrendamento acessível, nomeadamente, no que concerne ao arrendamento e depois ao subarrendamento por parte da Câmara Municipal. Com os respetivos benefícios fiscais que estão previstos na legislação em vigor, nomeadamente, por via do IMI, do IRS e do

IRC e, portanto, este é um documento que nos vai permitir evoluir nesta matéria, é uma matéria muito importante para os concelhos, nomeadamente, o nosso Famalicão. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Sobre a apreciação do Regulamento de Apoio ao Arrendamento, o que é que temos a dizer. A habitação em Portugal tem sido um problema que em quase 50 anos de democracia não se conseguiu resolvê-lo. A CDU entende que, não é possível solucionar a crise da habitação pela simples razão de não ser possível resolver esta mesma crise sem antes resolver o problema que a origina, particularmente o problema capitalista da sociedade portuguesa. É este diagnóstico fundamental que nos permite projetar a necessidade de desencadear uma luta reivindicativa que se insira neste quadro de desenvolvimento, uma luta por mais e melhores condições de vida, particularmente no que diz respeito à habitação, uma luta constante pelo direito que abril soube na sua impetuosidade revolucionária consagrar na Constituição da República Portuguesa. A redação do texto constitucional não deixa sombra para dúvidas, a habitação é um direito, um direito do povo, um direito de todos. Invocamos o direito na Constituição da República Portuguesa, mormente o seu artigo 65º, para demonstrar que este Executivo perceberá mal a natureza inclusiva do texto constitucional, como também parece não ter percebido bem a crise da natureza habitacional em que vivemos, nomeadamente, o facto do acesso à habitação estar condicionado pela dinâmica especulativa associada ao setor da construção e do imobiliário. E é esta realidade que condiciona e afeta as classes sociais, prejudicando relevantemente as classes mais baixas, por isso, não se percebe a intenção de se criar uma fragmentação naquilo que deveria ser a promoção de um mercado de arrendamento a custos controlados para todos os cidadãos. Uma política pública de habitação, não deve sujeitar de forma alguma a qualidade das habitações em função dos rendimentos das pessoas que nela habitam, sob pena de se estar a criar um modelo que em vez de minorar as desigualdades as reproduz. A CDU entende que a gravidade da situação no

acesso à habitação, é causada pela incapacidade do segundo setor o dito mercado em promover uma oferta da habitação a custos adequados aos rendimentos de uma parte muito significativa do Concelho, um dos motivos que suportam este apoio ao arrendamento que apesar de insuficiente, reconhecemos como positivo pela importância que poderá significar na vida de muitos famalicenses. Contudo, não podemos deixar de considerar que se trata de uma medida insuficiente e desigual ao não apontar para uma estratégia concertada da promoção da habitação, que consideramos ser necessária para dar uma resposta afirmativa às famílias e aos seus jovens que neste momento se encontram em dificuldades para aceder e manter as suas habitações neste contexto agudo de aumentos generalizado do custo de vida e verdadeiramente insuportável para as famílias famalicenses. Consideramos que, o problema está na aposta errada do modelo que coloca a rentabilização e a acumulação de capital como premissa essencial do desenvolvimento territorial. Ao contrário do que seria desejável, o que este regulamento vem reforçar é a continuidade daquilo que aqui também já denunciámos aquando a discussão do PERU, nomeadamente, o desenvolvimento de zonas de excecionalidade onde apenas uma pequena parte da população pode suportar o custo de vida a elas associado. Neste sentido e por tudo o que foi dito, a CDU considera imperioso ir-se mais longe na adoção e desenvolvimento de políticas que apontem para a promoção de um amplo e acessível mercado de arrendamento, só possível com um compromisso de se aumentar o parque público da habitação para níveis da média nacional, que apesar de ser incompreensivelmente baixa de 2% apenas é superior à média verificada no nosso concelho. De modo acrescido é necessário contemplar diferentes tipos de habitação coletiva, unifamiliar, multifamiliar, etc., integrando também os movimentos associativos e cooperativos para a promoção de outras formas de acesso ao financiamento da habitação. É com base nesta reflexão que a CDU terá de

abster-se na votação do Regulamento em apreço de apoio ao arrendamento a levar a cabo pelo Município. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Em primeiro lugar gostaria de felicitar a Câmara Municipal pela atribuição do estatuto de Região Empreendedora Europeia de 2024, mas numa altura em que se fala tanto em apoios sociais, aliás, nunca se falou tanto em apoios sociais o que é demonstrativo do estado do País e até constitui um paradoxo, porque uma região como a nossa que produz tanta riqueza tenha que estar refém de políticas desastrosas que nos tiram cuidados de saúde, ensino deficitário, creches insuficientes e agora com a agravante dos filhos dos nossos filhos serem preteridos em relação aos filhos dos imigrantes, ou constitui uma ofensa ao princípio da igualdade. Professores, segurança, só para vos informar que agora vão mais 10 efetivos da PSP para a Jornada Mundial da Juventude a subtrair aos 20 que já não tínhamos, habitação a preços proibitivos, etc., etc., -----

-Bom, relativamente ao programa de apoio ao arrendamento, sem querer tirar o mérito à iniciativa, mas constitui mais um sinal de enfraquecimento da economia das famílias, porque se as famílias de rendimento médio a que se destina o programa essencialmente não conseguem comportar um arrendamento algo está muito mal. Senhor Presidente, algumas constatações e muitas perguntas. Habitações disponíveis no mercado de compra e venda e de arrendamento, aonde estão as habitações disponíveis para o arrendamento? Sabendo nós, que o preço por metro quadrado em Famalicão está em cerca de 2.100 por metro quadrado, o que equivale a que um T2 por exemplo de 100m² custe 200 mil euros. quem investe este e outros montantes, já para não falar de T3 e T4, estará disponível para aceder a arrendamentos? Habitações devolutas, senhor Presidente, havia há pouco tempo só no centro de Famalicão cerca de 65 edifícios devolutos. Já se agravou o IMI nestes edifícios devolutos e muito bem no nosso entender, no sentido de obrigarem os proprietários em dinamizar os imóveis. Mas há

muitos proprietários que nós sabemos que receberam estes imóveis por via da herança e não possuem capacidade financeira para os remodelarem e a única solução aparente é optar pela venda, como aconteceu por exemplo, no edifício dos “Sete Velhos” e na antiga “Residencial Francesa”. Vai a Câmara competir com esses investidores privados? Alojamento Local, vai a Câmara interferir no negócio de Alojamento Local, como por exemplo a intenção do Governo em fazê-lo em Lisboa e Porto? É que também os seus proprietários, aqueles que investiram têm legítimas aspirações e quererão com certeza o seu retorno. E os benefícios fiscais, deixa o proprietário que entrega o seu imóvel à Câmara de pagar os tais 28%? A quem se destina este programa? No documento que nos entregou, a famílias de classe média e jovens, mas há outros setores da sociedade que também precisam de habitação, nomeadamente, reformados. Aos mesmos de sempre vai haver discriminação como acontece nas creches? O primeiro conceito que aqui queria escarpelizar é o conceito de classe média. Segundo o Portal dos serviços Públicos do Governo, considera-se que um agregado familiar e está em situação de insuficiência económica, quando o seu rendimento médio mensal dividido pelo número de pessoas não ultrapassa os 650euros. Vou fazer aqui um exercício muito simples, um casal com dois filhos que ganhe 1300euros líquidos cada um, e já ganha mais de 1000euros é um criminoso, já paga tudo como sabemos, dividido por 4 pessoas dá um total de 650 euros, ou seja, quem já está em insuficiência económica, já não é classe média, aliás, como sabemos a classe média está destruída por causa desta política fiscal aterradora 36.4% do PIB imaginem igual à carga fiscal da Alemanha, só que a Alemanha tem um ordenado mínimo de 1700 euros e, portanto, tira-nos completamente a liberdade de escolha. Nós preferiríamos uma solução pela via fiscal, e eu por uma maior fiscalização dos arrendamentos ilegais que existem pela nossa cidade, negociações diretas com as entidades bancárias e que foram ajudadas pelo povo, agora está na hora de retribuir no sentido de reduzir spreads e prestações. Sabemos que uma

casa é um investimento de uma vida e que os portugueses gostam sempre de ser proprietários também é cultural ao contrário de outros países. Consideramos por isso, que esta medida é pouco exequível e até fantasiosa, e por isso, vamos optar pela abstenção. -----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** – Aquilo que me motiva a vir aqui a este púlpito é naturalmente a intervenção do senhor Deputado do PCP. Devo-lhe dizer senhor Deputado, com todo o respeito, apesar de ser algo que eu esperava ouvir da senhora Deputada, Tânia Silva, e que hoje a substitui, admira-me menos ouvi-lo pela sua parte e pela respeitável idade, com todo o respeito. No entanto, há aqui coisas que nós ouvimos de cada vez que a CDU aqui vem falar e que trás aquela cassette constante do capitalismo, e nós sabemos bem as diferenças entre as sociedades comunistas e as outras todas. Diz o senhor Deputado, que não é possível resolver este problema da habitação sem se resolver o problema capitalista da sociedade. Oh! senhor Deputado, sem querer entrar aqui em discussões filosóficas, sabemos bem o que é que MARX escreveu sobre o capitalismo e qual foi a interpretação que LENINE deu àquilo que MARX escreveu, e, portanto, nós sabemos muito bem como é que o PCP normalmente resolve os problemas das sociedades capitalistas, portanto, quanto a isso não há mais nada a dizer. No que diz respeito há expressão seguinte do senhor Deputado, referiu-se o senhor a “uma dinâmica especulativa que condiciona e afeta as classes sociais”. Muito bem, senhor Deputado, sim senhor, eu devo lembra-lo, até porque o PCP tem uma experiência inigualável em apagar o passado tantas vezes, tantas vezes literalmente. E devo relembrar ao senhor Deputado que a CDU ou o PCP, fazia parte da “Geringonça”, não vai há muitos anos quando se deu por exemplo o caso “Robles” por falar em especulação e a CDU calou-se. Quando se adotou o adicional de IMI, o famoso imposto “Mortágua” que leva mais de 740 milhões aos cofres do Estado, a CDU calou-se. É isto que prejudica as famílias senhor Deputado, não é este “Programa Viver Famalicão”.

Não ouvimos a CDU na “Geringonça” a falar de alívio fiscal, não ouvimos a CDU na “Geringonça” a falar da isenção de IMT para jovens até aos 35 anos para aproveitamento dos imóveis devolutos do Estado, tudo quanto o CDS defende há anos de forma constante e coerente e, portanto, senhor Deputado, menos demagogia e mais resultados. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – O PS quer concordar com o CHEGA e com a CDU e com os outros em geral. De facto, há uma especulação, e aqui estamos de acordo com a CDU, exagerada no imobiliário e de facto, era possível ir mais longe e eu quero já explicar porquê. É claro que, quando começamos depois com a cassete do capitalismo aí temos algumas dúvidas, porquê, haverá Países mais capitalistas que a Rússia e a China, que até apelidou a rota da seda de um Socialismo no mercado conciliando esses dois diabos impossíveis, esse dragão de duas cabeças impossíveis de conciliar. Ora bem, aparte esses eufuísmos demagógicos, de pseudoideologias hoje esbatidas pela realidade, a verdade é esta, é possível ir e andar aqui de uma forma diferente, e por que é que é possível, porque mostra uma história, o PS percebendo o tecido sociológico de Famalicão já no passado programou investimentos maciços na habitação, para autopromoção de habitação e de aquisição própria para as classes médias. A Câmara aqui tem andado ao sabor dos programas que o Governo vai lançando e apenas exclusivamente, para gastar o menos e empenhar-se o menos que puder na promoção de uma política efetiva de habitação e de auxílio à classe média, e ver se gasta o menos que pode em todos estes aspetos, mas isto, não cria uma verdadeira política local de habitação. Relativamente ao CDS, pessoalizou com um camarada da CDU que ali está com a Tânia, o PS começa a ficar um bocado farto com esta ideia de pessoalizar e nomear as intervenções. Para o PS é indiferente que esteja este camarada ou a Tânia, é a posição de um partido do qual divergimos, às vezes convergimos, mas por nós era preciso de uma vez por todas deixar de lado essa fulanização da política e esse

ressoalizar que não leva a lado algum, acho que é por causa desse tipo de atitudes que o CDS está fora da Assembleia da República. Mas naquilo que interessa e quanto à nossa posição política naquilo que interessa porque os portugueses deixaram de acreditar no CDS. Naquilo que interessa, o PS entende que apesar de pouco é melhor que nada e nesse aspeto vamos seguir a posição coerente dos nossos Vereadores na Câmara Municipal que dizem assim, tudo aquilo ainda que seja pouco, se direciona putativamente beneficiar a vida dos famalicenses nós estamos a favor, diferentemente do CHEGA e da CDU, nós vamos votar a favor desta proposta. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, João Pedro Castro do CHEGA, esta não é uma medida fantasiosa, esta é uma medida concreta. Esta é uma proposta concreta para um problema real existente no País e sentido em Vila Nova de Famalicão, que é a dificuldade de acesso também da classe média à contratação de uma habitação para morar. E é uma medida concreta e é uma proposta concreta com virtudes e com defeitos, com as virtudes e com os defeitos do Decreto-lei em que a parametriza, e ela está de facto balizada dentro não só do Decreto-lei nº 68/2019, como sabe é proveniente do governo, como está parametrizada e balizada pelos regulamentos o IRU do estudo da educação urbana, como eu digo, com as suas virtudes e com os seus defeitos. Em segundo lugar, com as suas virtudes e com o grau de sucesso dependente exatamente da legislação. Segunda nota, diz o senhor Deputado, bom, mas há outras classes e há outras faixas a necessitar também de arrendamento, com certeza que sim, mas este programa de apoio ao arrendamento não é caso único no nosso Município, há outros instrumentos como sabe, o programa Casa Feliz tem até duas vertentes, um dos casos concretos é de apoio à renda e é um apoio à renda muito significativo que abrange um elevado número, ou um número interessante de famílias famalicenses, que têm ano após ano vindo a subir não só o número de famílias das abrangidas como simultaneamente o investimento que nela é feito, dar-lhe apenas duas notas, o apoio à renda em 2022, o investimento da

autarquia fixou-se nos 292 mil euros e beneficiando 303 famílias, já este ano corrente são beneficiadas neste momento 342 famílias que despende ou que obriga a um investimento na casa dos 328 mil euros. Mas também há dentro deste programa Casa Feliz, a vertente de apoio às obras com apoios muito significativos, e que por exemplo, é um programa que existe desde 2005 nesta vertente que permitiu melhorar as condições de 295 habitações num apoio financeiro a ser correspondente a 1 milhão e 382 mil euros a fundo perdido. Já o apoio à renda como eu fiz referência, mas começou mais tarde em 2012, já ajudou 1704 agregados familiares, isto no investimento municipal na ordem de 1 milhão e 732 mil euros, e não vou falar das 350 casas de que a Câmara Municipal é proprietária e que pratica renda apoiada. Depois há aqui uma nota que é importante e ligando depois com a intervenção do Deputado, Jorge Costa, é o seguinte, é que na verdade, na verdade, ele está balizado por este programa ou por este Decreto-lei, e aqui é interessante notar que o Governo faz muitos anúncios, de facto, o Governo lança muitos programas, mas depois na sua execução quem tem que materializar e personalizar esses programas é o Estado, nunca é o Governo, nunca é o Ministério da Habitação, nunca é a Administração Central, nunca é o Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana. Quem são, são as Autarquias, e quando é preciso chegar à frente, ou há dinheiro do orçamento comunitário, ou há dinheiro do PRR na submissão a fundo perdido, ou ao dinheiro das Câmaras Municipais. Na verdade, na verdade, nós ao longo de sete anos já ouvimos falar da nova geração de políticas de habitação, da Lei de bases de habitação, do programa nacional de habitação e hoje mesmo, ou ontem, foi aprovado na especialidade o programa mais habitação, as casas é que nunca saíram do papel. O Governo e o Doutor António Costa prometeu construir nos 50 Anos da Democracia Portuguesa, isto é, até 2024, 27 mil novos fogos, quantos é que se construiu, não chega a mil, de facto, há aqui uma grande uma grande diferença. A Câmara Municipal observa os programas do Governo, sim, mas paga por eles e o governo não paga coisíssima

nenhuma, nem do Orçamento do Estado, e daquele que despende ou vem da europa, ou não há dinheiro para ninguém e é por isso que as casas nunca saem do papel.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, no telejornal de hoje quando eu estava a jantar, ouvi do Governo do seu partido avanços e recuos no apoio ao arrendamento, estamos aqui hoje a aprovar uma proposta que afinal é financiada pelo Estado, e daqui a um mês ou dois isto tenha recuado, ou tenha feito marcha-atrás e tenha acabado este financiamento às Câmaras Municipais. Senhor Deputado da CDU, a respeito da construção, nunca mais vai baixar a construção e isto porquê, a construção aumentou cerca de 40% nos materiais para construir, depois temos uma dificuldade muito grande de mão-de-obra em Portugal, temos mão-de-obra, mas é não qualificada, as pessoas que trabalham na construção civil têm todas praticamente mais de 50 anos e estão a ir para a reforma, vamos acabar por não ter mão-de-obra em Portugal para construir, portanto, a construção nunca vai baixar neste sentido. Senhor Presidente da Câmara, a proposta vai ser aprovada hoje, já tem previsto quantas habitações tem disponíveis para alojamento para apoio às famílias de classe média, ou quando é que vai ter? Como a proposta vai ser aprovada agora e não sabemos do avanço ou recuo por parte do Governo, e se isto vai parar por aqui. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Caríssimos, eu acho que o PS fala claro e depois há gente que faz de conta que não entende. Há duas realidades distintas, uma, de suprir necessidades de habitação de populações em grande mobilidade, estudantes, pessoas que hoje trabalham aqui e amanhã trabalham em outro Concelho, e este programa de certa forma ajusta-se a essas pessoas da classe média que em vicissitudes pontuais de arrendamento careçam de apoio para isto, por isso é que nós votamos a favor, não é por acaso. Agora, é hora de estar de acordo com o CHEGA e de exhibir o Regulamento e dizer o que é que isto faz pela fixação de populações a título definitivo, um jovem que vem de não de onde, do Algarve e vem estudar para a Lusíada ou para a Cespu, quer

adquirir aqui a sua própria casa e fixar-se definitivamente em Famalicão, zero, e nós não precisamos de melhor abono do que a história das centenas e centenas de casas que lançamos num mandato do PS e que reestruturaram e fixaram muitas e muitas famílias. Nós temos a convicção de que aquilo que fizemos está certo e que a Câmara não está a fazer aquilo que é preciso fazer. Por último, a queixa, senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, a queixa que o governo são as Câmaras que têm de pagar, então não são as Câmaras beneficiárias de milhões e milhões de receitas locais, aqui em Famalicão por ano 130 e tal milhões, esse dinheiro também é de todos, é para aplicar na habitação. O que querem Vossas Excelências? -----

--JOÃO NASCIMENTO (CDS) – Senhor Presidente, só vinte segundinhos para mais uma vez pessoalizar, desta vez dirigindo-me ao senhor Deputado, Jorge Costa, mais uma vez para lhe dizer que é verdade, o CDS está fora do Parlamento, mas em Famalicão continua nos bancos do poder com o PS na oposição, e o senhor Deputado, Jorge Costa, justifica muito disso e, portanto, também temos muito a agradecer-lhe, entretanto o CDS voltará com certeza ao Parlamento e o senhor Deputado, ou o PS continuará na oposição.-----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Senhor Deputado, Jorge Costa, eu pergunto para que é que serve o dinheiro dos impostos portugueses. O Estado arrecada por ano 89 mil milhões de euros, só nos primeiros 4 meses deste ano arrecadou 2,5 milhões a mais comparativamente com os primeiros 4 anos de 2022, e nem lhe vou dar mais números, o dinheiro também serve exatamente para o Estado assumir aquilo que são as responsabilidades no domínio da habitação. Para terminar, já que falou que o PS deixou muita construção quando esteve no exercício do poder, o que é verdade e não é desmentível. Mas também recordar aqui à Câmara e à Assembleia Municipal, que com a gestão do PSD e CDS-PP, acabamos a construção do Edifício Varandas do Covelo, construímos a Urbanização Moinhos de Vento em Valdossos, recuperamos o

Loteamento do Pinheiral, concluímos a Quinta do Passal, recuperamos totalmente o Edifício do Puído, recuperamos totalmente o Edifício da fundação Salazar, a Urbanização da Pedreira em Gondifelos, recuperamos a Urbanização da Cal, recuperamos o Complexo Habitacional das Lameiras, o Complexo Habitacional de Lousado, construímos a Organização das Austrálias, construímos a Organização da Gabila, construímos o loteamento das Bétulas, construímos a Quinta de Rebordelo, só nos primeiros 4 anos senhor Deputado, 10 milhões de euros de investimento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO “VIVER FAMALICÃO” NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K), DO Nº 1, DO ARTIGO 33º, E NA ALÍNEA G), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I À LEI Nº 75/2023, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO CHEGA E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K), DO Nº 1, DO ARTIGO 33º, E NA ALÍNEA G), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I À LEI Nº 75/2023, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só para dizer que esta alteração se prende essencialmente com a incorporação de uma nova valência, na Estação Rodoviária de Famalicão, para as salas de estudo. -----

---**DANIELA TORRES (PSD)** -

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K), DO Nº 1, DO ARTIGO 33º, E NA ALÍNEA G), DO Nº 1, DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I À LEI Nº 75/2023, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---**QUARTO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal alteração ao Regulamento de Incentivo e Promoção do Controlo de Reprodução de Animais de Companhia de Detentores Residentes no Município de Vila Nova de Famalicão, aprovado pela Assembleia Municipal em 19 de dezembro de 2022. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE INCENTIVO E PROMOÇÃO DO CONTROLO DE REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE DETENTORES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 19 DE DEZEMBRO DE 2022. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.

FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---**QUINTO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alterações ao Regulamento OPJ - Orçamento Participativo jovem do município de Vila Nova de Famalicão. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) --

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – São só uns pequenos ajustes ao Regulamento existente. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO OPJ - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.**-----

---**SEXTO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de procedimento de concurso publico para aquisição de serviço de transporte de pessoas com deficiência, no ano letivo 2023-2024, e assunção do compromisso plurianual até ao valor global 205.559,59€ (duzentos e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Tudo nos termos da respetiva proposta. (GRELHA E)-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – De uma forma muito sintética, para dizer que se trata de um apoio de enorme alcance para nossos concidadãos que muitos precisam de nós, e que nós temos apoiado e vamos a apoiar, por forma, a que estes nossos concidadãos possam deslocar-se de forma gratuita entre a sua residência e as

instituições onde estudam e onde estão. Portanto, temos aqui uma proposta de 200 mil euros para esse efeito. -----

---PAULO PINTO (PS) - Antes de mais, dizer que o partido Socialista irá votar a favor da abertura deste concurso, o objeto é nobre e o partido Socialista está totalmente favorável ao mesmo. No entanto e aproveitando a apetência que o Presidente da Câmara mostrou hoje, logo no início da sessão dos trabalhos para prestar alguns esclarecimentos que é sempre salutar, por exemplo, ficamos a saber que no caso da adjudicação de terrenos para as Freguesias, segundo o senhor Presidente da Câmara, a Freguesia em questão, Vale S. Cosme vai ter um investimento de cerca de 357 mil euros por uma área de 322m². Os senhores Presidentes de Junta e todos nós ficamos a saber que no futuro qualquer Junta de Freguesia tem direito a uma verba de cerca de mil euros por cada m² de adjudicação, é de salutar essa situação, é a conclusão lógica que se tira das suas palavras. Voltando ao ponto em questão, senhor Presidente só dois ou três esclarecimentos relativamente aos beneficiários. Eu só gostaria de saber quem propõe os beneficiários, são as associações, ou se os próprios podem propor-se aos mesmos, se existem outras situações de outros beneficiários que não estão contemplados aqui nestes apoios, e se existe abertura da Câmara para alargamento deste apoio. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Quanto à provocação, obviamente que não vou responder, porque a demagogia tem limite e eu sou Presidente da Câmara de todos os famalicenses. Quanto há questão de novos apoios como se deu este ano, obviamente que nós temos estado muito disponíveis e continuaremos a estar cada vez mais disponíveis para continuar a apoiar estes nossos concidadãos, como eu disse portadores de alguma deficiência, por forma a que eles também não fiquem para trás e continuem a poder acompanhar a evolução de Famalicão. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PUBLICO PARA AQUISIÇÃO DE

SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NO ANO LETIVO 2023-2024, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR GLOBAL 205.559,59€ (DUZENTOS E CINCO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE EUROS E CINQUENTA E NOVE CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---**SÉTIMO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do contrato de subconcessão de uso privativo a celebrar entre o município de Vila Nova de Famalicão e a freguesia de Gondifelos, Cavalões e Outiz. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – De forma muito rápida, para fazer referência a que se trata de um terreno cuja propriedade é da REFER e por isso a subconcessão, terreno este que será disponibilizado à Junta de Freguesia para que sejam instaladas um conjunto de associações dessa mesma comunidade. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Na realidade o tempo traz razão ao PS. Ainda há bocado discutia aqui um camarada meu, Dr. Ricardo Vale, a necessidade deste município promover o comprometimento das Juntas de Freguesia com a gestão de espaços públicos para que as crianças possam jogar à bola, para que os cidadãos possam reunir. Nós vivemos num litoral de Portugal, com infelizmente uma saturação urbana contínua, as pessoas têm cada vez menos espaço, muitas delas acantonadas em apartamentos, têm cada vez menos espaço, menos oportunidades de lugares comuns e públicos ao ar livre, nas Freguesias isto muitas vezes sente-se de uma forma especial. Portanto, eu com isto quero dizer, que situações como estas, em vez de andarem a vender os terrenos todos

nas Freguesias a Câmara e falando em língua simples, a Câmara deve comprometer as Juntas para que elas façam a gestão e assumam a gestão da limpeza do espaço, do ordenamento do espaço e proporcionar parte deste dinheiro que acaba em trocados a favor da comunidade, dos cidadãos daquela Freguesia, pelo interesse que tem à semelhança do que os nossos Vereadores fizeram na Câmara Municipal vamos votar favoravelmente, deixando aqui, apesar disto ser uma subconcessão, reparem que a subconcessão diz que este terreno destina-se exclusivamente a fins de cariz social, cultural e turístico. Nas outras Freguesias se a Câmara tivesse o rasgo e não pensasse só em fazer dinheiro, também podia promover este tipo de iniciativas, nós vamos continuar a apontar a omissão da Câmara e a lançar públicos reptos como este, para que a Câmara avance nesse sentido de proporcionar melhores condições de vida a todos os famalicenses.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, você certamente não leu a proposta, não estamos a falar de terrenos, estamos a falar das infraestruturas da REFER e a Câmara não vai vender, nem comprar nada à REFER que a REFER não vende, tem uma concessão com a Câmara acho que de 50 anos e já passou nesta Assembleia Municipal. A Câmara não pode vender como acontece nos terrenos nas Freguesias, é muito diferente. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Era só mesmo para mostrar ao senhor Deputado uma fotografia, eu não sei se sabe ler ou não, mas 1774m² de terreno com uma casinha de 50m² que era a antiga estação, se não sabe ler veja as fotografias.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – Senhor Deputado, os comentários ofensivos não são necessários, aqui nesta sala não há analfabetos, mas há mínimos. Senhor Deputado, estou no uso da palavra, compete à Mesa garantir que o debate acontece com mínimos de elevação, felizmente nesta Assembleia Municipal toda a gente sabe ler, digo eu. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Isto começa a ser recorrente, Vossa Excelência dá cobertura a este tipo de coisas. A proposta fala expressamente e até tem uma fotografia de um desenho que eu refiro, vem aqui um senhor Deputado dizer duas ou três atoardas de forma falsa, está aqui a fotografia que eu mostro a todos os famalicenses, é um terreno em Gondifelos anexo à antiga estação, o senhor Deputado vem aqui e diz uma mentira e Vossa Excelência compactua com isto. Agora, eu tenho, como dizia Mário Soares, o direito à indignação, a retorquir e a replicar, e a dizer assim, menos. Claro que é um terreno, é a antiga estação senhor Deputado e um terreno adjacente, não pode vir aqui desmentir-me e dizer que eu não leio as propostas, e isso não lhe fica bem senhor Deputado, porque não sou eu que o desminto é uma foto na proposta senhor Deputado, acorde, leia você os papéis, ou não leia, veja-os.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Eu ao princípio fiquei um bocado confuso, depois percebi a ideia, mas devo dizer duas coisas antes de mais. Como o senhor Deputado sabe, ou penso que saberá, houve dois contratos de concessão relativamente àquilo que é hoje e conhecida pela Ecopista. Houve um primeiro, em que apenas foi concessionado o ramal, ou seja, onde estava o caminho de ferro e bem mais posteriormente é que foi concessionado também as infraestruturas de apoio a esse mesmo ramal, neste caso concreto, as antigas estações para falar no caso concreto de Outiz, de Cavalões não porque o apeadeiro desapareceu por completo, e o caso concreto de Gondifelos que é aquele que tem uma parcela de terreno generosa e tem também a tal casinha como já aqui referiu, era a antiga estação. Mas esse terreno tem uma especificidade completamente diferente das demais, não é um terreno que esteja na livre disposição da Câmara Municipal, como sabe o próprio contrato referiu que o IP teve que autorizar. Portanto, vai nascer ali uma infraestrutura que servirá a Freguesia, aquela comunidade, aquele território e servirá também, presumo eu, poderá vir a servir todos os utentes daquela Vila. Quando o senhor Deputado diz, que o PS defende que a Câmara, enfim,

prossiga uma política de dotar as Freguesias, de apoiá-las e ajudá-las na cedência de terrenos para esse mesmo efeito, ainda que com uma natureza diferente, ela tem-no feito, o Parque Lúdico do Calendário é uma parcela de terreno da Câmara Municipal cedida à União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. Eu recordo-me aqui da cedência do terreno à Associação de Moradores do Loteamento da MABOR, de uma parcela muito significativa do tal loteamento e que foi disponibilizada para essa Associação com o fim de potenciar as suas capacidades. Recordo-me do Loteamento de Pitelas em Mogege, também havia uma parcela de terreno acoplada a uma outra e que permitiu a construção de um equipamento desportivo que serve aquela comunidade e não apenas aqueles moradores. Muito recentemente a Câmara Municipal fez um conjunto de investimentos, ou está a pensar fazer um conjunto de investimentos e projetá-los na Freguesia de Bairro, na continuidade daquilo que é hoje o Parque Operacional da Proteção Civil, ou seja, aproveitando a existência daquele equipamento da Proteção Civil com o acordo que fez com o Ministério da Administração Interna, mas uma parte desses terrenos que são da alçada e propriedade da Câmara Municipal vão ser cedidos exatamente para gestão da junta de Freguesia de Bairro. Há vários exemplos, não é um caso único, nem houve aqui um tratamento exclusivo para esta União de Freguesias, há muito outros. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – De novo, para que fique claro, se é sobre a forma de concessão, subconcessão, comodato, protocolo, cedência de direito de superfície, ao PS não é relevante. O que é relevante, é que a Câmara tome a dianteira e disponibilize mais espaços públicos aos cidadãos de Famalicão, o espaço jurídico a nós Dr. Jorge Paulo Oliveira não nos interessa, não é relevante, o que é relevante é disponibilizar os espaços para os cidadãos. Citou aqui vários exemplos e eu lembro-me ainda de mais alguns além dos que Vossa Excelência citou, mas a crítica política do PS é clara, e esses terrenos todos que estão a ser vendidos por todas as Freguesias, não poderia uma parte

significativa deles ser igualmente alocados a favor e em benefício dos cidadãos? Nós se fossemos Câmara, faríamos diferente. Esta é a vossa opção de política e fiquem com ela.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhor Deputado, Dr. Jorge Costa, este terreno não pode ser vendido, este terreno não pertence à Câmara de Vila Nova de Famalicão. Entre o IEP Património Administração de Gestão Imobiliária SA, adianta designar por IP Património do município de Vila Nova de Famalicão, foi celebrado o contrato de concessão do uso privado do terreno com a área de 1774m² onde se encontra implantado um imóvel de habitação, isto até ao ano de 2042, todos os famalicenses ficaram a saber o que está escrito na proposta. Eu li a proposta, se não leio tão bem como o Dr. Jorge Costa porque andei menos anos na escola, no meu tempo tinha-se que trabalhar, não se andava a passear os livros, muitos de vocês têm formação académica porque a compraram, muitos foram ao Estrangeiro, outros foram a Espanha, mas eu não, eu estudei em Portugal e era bom aluno na primária enquanto andei na escola, está a perceber. Isso da linguagem, que vem aqui aproveitar aquelas letras como os Advogados, isto não serve de argumento para você dizer que eu não leio as propostas, ou que não sei ler as propostas. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Eu constato, ainda bem que Vossa Excelência não entendeu nada do que eu disse, porque assim percebemos ambos que não estamos no mesmo nível de discussão. É a segunda vez que lhe digo, estive atento a ver se dizia alguma coisa, não disse nada senhor Deputado. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado Jorge Costa, eu julgo que acabamos os dois por concordar, ou as duas forças políticas concordam. O senhor Deputado diz, para o partido Socialista é absolutamente irrelevante se essa cedência do terreno se opera pela forma de subconcessão, de alienação, de comodato ou de permuta. Nós estamos inteiramente de acordo, mas é isso que a Câmara Municipal tem vindo a fazer,

mas é exatamente isso que tem vindo a fazer, quer relativamente às Juntas de Freguesia, quer relativamente a um infindável número de associações desportivas, culturais e recreativas, eu já perdi a conta aos direitos de superfície constituídos ao longo dos últimos, e já não diria 20 anos porque quero ser justo, ao longo dos últimos 40 anos para ser justo com o anterior Executivo do partido Socialista. Portanto, agora quando disse é uma crítica política, perdoar-me-á, mas é uma crítica política infundada, porque de certa forma, tentou aqui transparecer que a política da Câmara Municipal, que é a gestão dos seus terrenos, é uma política de alienação de terrenos, mas não é verdade senhor Deputado, é exatamente o contrário. Esta tem sido uma política de aquisição de terrenos e de cedência gratuita de terrenos, eu não tenho tempo para lhe dar aqui todos os exemplos, nem o tenho na memória, mas no início desta sessão eu referi os números referentes a 2022 e 2023 daquilo que foram aquisição e venda de terrenos por parte da Câmara Municipal. Eu lembro-lhe, em 2022 adquiriu dois terrenos que custaram 175 mil euros e que tinha 5000m² de área, vendeu 3 parcelas de terreno com 238m² que permitiu uma arrecadação de receita de 18mil euros. No corrente ano de 2023, adquiriu 6 terrenos que custaram 449mil euros, e não vendeu nenhum. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Telegraficamente, se fossemos nós, fazíamos mais e melhor.

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE BAIRRO** – Só para acrescentar aqui um bocado, eu percebo o que o senhor Deputado Socialista diz... (foi interrompido pelo Deputado, Jorge Costa)-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, isso compete à Mesa, não lhe compete a si com o devido respeito, o senhor Deputado não interpela enquanto um Presidente de Junta está a usar da palavra, se eu o entender como desconforme eu intervirei. O senhor Deputado não tem que fazer perguntas nenhuma, o senhor não interpela diretamente o orador, não o pode fazer como bem sabe, o senhor Deputado não vai falar à Mesa coisa nenhuma

porque a Mesa está no uso dos trabalhos. Dou a palavra, senhor Presidente de Junta faça o favor de continuar.-----

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE BAIRRO** – Senhor Presidente, eu prescindo, ia acrescentar qualquer coisa, mas não vale a pena. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – O senhor Presidente de Junta não pretende mais usar da palavra. Convém primeiro, que as pessoas possam usar da palavra minimamente para se perceber o que estão a dizer e interpretar-se se o tempo é da Junta de Freguesia ou do Grupo Político, sendo do Grupo Político eu tratarei de dizer aqui ao nosso estimado funcionário, senhor Luís, faz o favor de contar o tempo do Grupo Municipal. Agora essa forma, com esse tom, quando um Presidente de Junta está a usar da palavra, dirigir-se não se sabe bem a quem, não é apropriado senhor Deputado, estou no uso da palavra senhor Deputado, não é apropriado. Senhor Deputado, eu estou a cumprir o meu papel e o senhor Deputado saiba o seu papel, é só isso senhores Deputados.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – É apenas para lamentar o sucedido, tenho imensa pena que um Presidente de Junta tenha sido, enfim, pressionado a não usar da palavra no tempo que regimentalmente lhe está afeto, e por certo teria coisas muito interessantes para nos dizer. Interrompido sucessivamente sem que ele tivesse explicado os motivos que o trouxeram até aqui, é muito lamentável e nós lamentamos profundamente.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – Senhor Deputado, Jorge Oliveira, e daí a intervenção da Mesa como bem reparou. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – A minha intervenção não procura ser o apaziguamento que esta sala penso estar necessitada. De qualquer forma, até porque eu entendo e estive para não intervir sobre este ponto, porque é conhecido desde sempre, que a CDU sempre votou contra os assuntos que diziam respeito à Ciclovía, porque entendemos que, é desperdiçar um equipamento que pode ainda ter uma grande valia no

futuro da Via Férrea, a retoma da ligação Famalicão-Póvoa, e sempre manifestamos aqui a nossa discordância relativamente a isso. Hoje, provavelmente, pela primeira vez assisti a uma investida contra o direito de opinião e de posição política que a CDU tem e qualquer força política deve tê-lo, nesta e em noutras circunstâncias. Queria dizer mais o seguinte, também venho aqui intervir, porque pensei a dado ponto, que a minha camarada, Tânia Silva, se aqui estivesse, eu estou a substituí-la porque ela foi fazer uma prova de Atletismo, provavelmente também pediria para intervir, provando que ela não fala uma linguagem diferente do Deputado Daniel Sampaio quando está em exercício, nem o Daniel Sampaio tem uma linguagem diferente da Tânia e muito menos do seu partido. Reconhecemos este direito extensivo a todas as forças partidárias, há aqui um aspeto que importa reter, as forças políticas são todas diferentes. Quando por obra do acaso ou não só, as forças políticas são perfeitamente coincidentes em todos os aspetos da vida política nacional, uma delas tende a desaparecer e é sempre pena quando uma força política desaparece da cena porque todas fazem falta à democracia portuguesa. ----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – Senhor Deputado, Daniel Sampaio, espero que tenha corrido bem a prova e que a nossa ilustre famalicense possa inclusivamente ter vencido, seria nesse caso um orgulho para todos.

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Muito rápido meus caros, não vos tiro muito tempo, mas este tipo de ocorrências que se tornam recorrentes, só acrescentam frivolidades que acaba de trazer desprestígio a esta Assembleia, quando aquilo que se exige de todos os participantes é a responsabilidade para com os seus eleitores, espírito democrático e respeito pelas diferentes formas de ver a Cidade. Para nós, gostaríamos que não se perdesse tanto tempo com questões acessórias, porque o nosso Município tem problemas estruturais que precisam de ser debatidos e ser colocados à consideração da população, tínhamos todos a ganhar se se fizesse um esforço no sentido de evitar confrontos de egos, discussões vazias de conteúdo e sobretudo, excessos de linguagem

porque levam inevitavelmente ao conflito. Esta Assembleia não é espaço para vaidades e para quem se adora ouvir a si mesmo, e tão pouco espaço para se justificar o injustificável. O papel da Assembleia está bem definido, como um Órgão representativo do Município que cabe tomar posição perante quaisquer Órgãos do Estado ou Entidades Públicas, sobre assuntos do interesse do Município e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município nada mais. Esperamos que daqui para a frente este tipo de episódios/incidentes não sucedam mais para bem de todos. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E A FREGUESIA DE GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

--- Para este período não há inscrições do público e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às 23 horas.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-

--- Registo de Presenças; -----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete.-----
